



Ministério da Educação
Instituto Federal do Rio de Janeiro
Diretoria de Desenvolvimento Institucional e Expansão
Assessoria Internacional

IPCA INSTITUTO
POLITÉCNICO
DO CÁVADO E DO AVE

ACORDO DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL ENTRE O INSTITUTO FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (Brasil) E O INSTITUTO POLITÉCNICO DO CÁVADO E DO AVE (Portugal)

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ), criado pela Lei nº. 11.892, de 29 de dezembro de 2008, detentor de natureza jurídica de autarquia federal, gozando de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar; sendo, nos termos do artigo 1º, § 2º, do seu Estatuto, uma instituição de Educação Superior, Básica e Profissional, pluricurricular, multicampi e descentralizada, especializada na oferta de educação profissional, científica e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, equiparado às universidades federais para todos os fins e efeitos legais; com sede à Rua Pereira de Almeida, nº 88, Praça da Bandeira, no município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, Brasil, representado por seu Reitor, Prof. Dr Paulo Roberto de Assis Passos, e o Instituto Politécnico do Cávado e do Ave, com sede em, Campus do IPCA, V.F.S. Martinho, Barcelos, Portugal representado por sua Presidente, Prof.ª Doutora Maria José da Silva Fernandes, designadas a seguir por 'partes', no intuito de desenvolver relações de cooperação internacional com base no estabelecimento de contatos e entendimentos mútuos, enfatizando desenvolver intercâmbio acadêmico e cultural nas formas de ensino, extensão, pesquisa e transferência de tecnologia, e de acordo com a legislação que rege a matéria, acordam o seguinte.



Ministério da Educação
Instituto Federal do Rio de Janeiro
Diretoria de Desenvolvimento Institucional e Expansão
Assessoria Internacional

IPCA INSTITUTO
POLITÉCNICO
DO CÂVADO E DO AVE

Cláusula Primeira: DA ÁREA DE COOPERAÇÃO

1.1 A área de cooperação inclui, sob consentimento mútuo e existência de condições apropriadas, qualquer atividade, projeto, programa ou curso oferecido e proposto por qualquer das partes como desejável, executável, e que venha a contribuir para o fomento e o desenvolvimento de relações de cooperação entre as partes convenientes.

Cláusula Segunda: DOS MÉTODOS

2.1 Todos os entendimentos e assistência estarão condicionados à disponibilidade de recursos financeiros e à aprovação específica dos dirigentes máximos das convenientes para atividades, projetos, programas ou cursos na forma de:

- a) intercâmbio de membros do corpo docente, do quadro de gestores e do quadro técnico administrativo de nível superior para fins de formação continuada;
- b) intercâmbio de membros do corpo docente para o desenvolvimento de atividades na condição de professor visitante;
- c) intercâmbio de estudantes de graduação e de pós-graduação;
- d) desenvolvimento conjunto de cursos de Aperfeiçoamento, Especialização, MBA, Mestrado e Doutorado;
- e) desenvolvimento de programas de formação continuada de professores para os diferentes níveis e modalidades de ensino;
- f) desenvolvimento conjunto de atividades de pesquisa;
- g) desenvolvimento conjunto de eventos culturais, científicos ou tecnológicos; e outros onde houver demanda e interesse recíproco.

2.2 Os termos e as características de cada atividade, projeto, programa ou curso devem ser mutuamente discutidos e estabelecidos, antes do início do mesmo, mediante termos aditivos ao presente acordo.

18



Ministério da Educação
Instituto Federal do Rio de Janeiro
Diretoria de Desenvolvimento Institucional e Expansão
Assessoria Internacional



Cláusula Terceira: POLÍTICA DE EXECUÇÃO DO ACORDO

3.1 O conteúdo deste acordo não deve constituir qualquer das partes em agente, servidora ou empregada da outra, sendo cada parte total e unicamente responsável por suas próprias ações e pelas obrigações geradas pela cooperação.

3.2 Cada parte designará um profissional responsável pela coordenação do presente acordo e pela representação interinstitucional.

3.3 Cada parte responsabilizar-se-á por assegurar completa conformidade de seus participantes em atividade, projeto, programa ou curso, quanto às leis e normas a que se submeterão.

3.4 Cada parte garantirá aos seus participantes seguro de vida e a assistência necessária para a estadia no país hospedeiro.

3.5 As taxas acadêmicas da instituição de origem, quando houver, ficarão sob responsabilidade dos estudantes, sendo pagas diretamente pelos mesmos, sem interveniência das partes.

3.6 Fica vedada a cobrança de taxas, matrícula e anuidades por qualquer das instituições receptoras.

3.7 As despesas de transporte, hospedagem, alimentação e outras, quando necessário, poderão ser financiadas com recursos institucionais quando existentes, por órgãos de fomento externo ou ficarão a cargo do próprio participante.

3.8 A existência da presente cooperação não implica garantia de suporte financeiro por conta de nenhuma das partes.

J



Ministério da Educação
Instituto Federal do Rio de Janeiro
Diretoria de Desenvolvimento Institucional e Expansão
Assessoria Internacional

IPCA INSTITUTO
POLITÉCNICO
DO CÁVADO E DO AVE

Cláusula Quarta: PROPRIEDADE INTELECTUAL

4.1 Quando qualquer ação de colaboração resultar na geração de propriedade intelectual, as partes envolvidas devem, imediatamente, por intermédio de seus respectivos representantes oficiais, estabelecer os direitos sobre tal propriedade, procurando-se, neste ato, preservar a relação harmoniosa entre as instituições, ressalvada a legislação específica em vigor no país de cada partícipe.

4.2 Em todas as comunicações e publicações, que resultem de projetos desenvolvidos no âmbito deste acordo, serão expressamente indicadas nos créditos de tal produção.

Cláusula Quinta: VIGÊNCIA E RESCISÃO

5.1 Este acordo será válido por 05 (cinco) anos, a partir da data da sua assinatura.

5.2 Qualquer acréscimo e/ou modificação do acordo requer aprovação, por escrito, dos dirigentes máximos das convenientes e deverá anexar-se a este documento.

5.3 Terminado o período inicial de validade, o acordo será renovado por escrito e sob consentimento mútuo.

5.4 Cada parte reserva-se o direito de cancelar o acordo, por meio de comunicação escrita, com, pelo menos, 03 (três) meses de antecedência.

Cláusula Sexta: FORO E LITÍGIO

6.1 Eventuais litígios serão resolvidos pela jurisdição onde o fato suceda e, se necessário, julgados pelos princípios do Direito Internacional Público.



Ministério da Educação
Instituto Federal do Rio de Janeiro
Diretoria de Desenvolvimento Institucional e Expansão
Assessoria Internacional

IPCA INSTITUTO
POLITÉCNICO
DO CÁVADO E DO AVE

Cláusula Sétima: PUBLICAÇÃO DO ACORDO

7.1 Cada instituição participante fará a publicação oficial de um extrato da presente cooperação, se determinado pela legislação do respectivo país, e dará ciência pública, pelos meios de comunicação considerados adequados.

Estando acordados os interesses, fica o presente acordo de cooperação assinado pelas partes em 02 (dois) originais, redigidos em língua portuguesa,

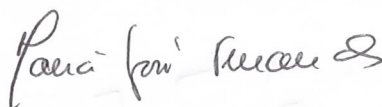
pelo Instituto Federal do Rio de Janeiro


Paulo Roberto de Assis Passos
Reitor

Decreto de 6 de maio de 2014
Diário Oficial da União, 7 de maio de 2014

Empossado em 14 de maio de 2014

pelo Instituto Politécnico do Cávado e do Ave


Maria José da Silva Fernandes
Presidente

Despacho n.º 6165/2017 - Diário da Republica
2.ª série, N.º 134 de 13/07/2017

Empossada em 17 de julho de 2017


Adriana Mesquita Rigueira
Assessora de Relações Internacionais

Portaria IFRJ n.º 1039

9/10/2017.

TESTEMUNHAS


Adriana Lago de Carvalho
Diretora Executiva da Unidade PRAXIS 21

Despacho n.º 7488/2016 - Diário da Republica
2.ª série, N.º 108 de 13/06/2017

9/10/2017.

Data

Data

IPCA



Ministério da Educação
Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas
Cenários de Avaliação

CONDIÇÕES DE AVALIAÇÃO

Este documento apresenta as condições de avaliação dos alunos e dos professores em função dos resultados obtidos nos exames realizados em 2011.

As condições de avaliação são estabelecidas em função dos resultados obtidos nos exames realizados em 2011.

As condições de avaliação são estabelecidas em função dos resultados obtidos nos exames realizados em 2011.

As condições de avaliação são estabelecidas em função dos resultados obtidos nos exames realizados em 2011.

